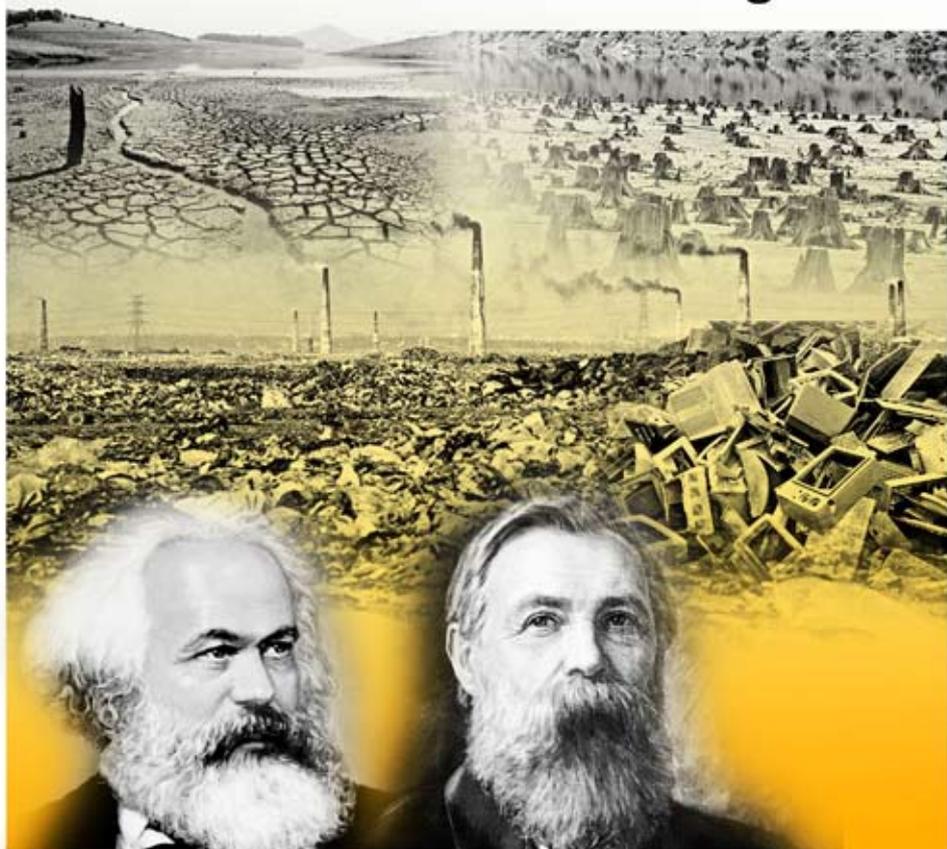




# Capitalismo e destruição da natureza

*Extratos Marx e Engels*



**POR** | Partido  
Operário  
Revolucionário

 **MASSAS**  
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DO SOCIALISMO PROLETÁRIO



# Índice

<b>Apresentação</b> .....	3
<b>Capitalismo e destruição da natureza.</b>	
<b><i>Extratos Marx e Engels</i></b> .....	7
<i>Manifesto do Partido Comunista. Burgueses     e Proletários</i> .....	7
<i>A ideologia alemã - A base real da ideologia     Intercâmbio e força produtiva</i> .....	8
<i>Formações Econômicas Pré-Capitalistas</i> .....	10
<i>Humanização do macaco pelo trabalho</i> .....	11
<i>Anti-Dühring - Economia política. IV.     Teoria do poder: Conclusão.</i> .....	15
<i>Grundrisse</i> .....	17
<i>O Capital, Livro III - O Processo Global de Produção     Capitalista.</i> .....	18



# Apresentação

Publicamos extratos de escritos de Marx e Engels sobre a relação do capitalismo com a natureza. Marx e Engels não desenvolveram nenhuma análise sobre a destruição da natureza no sentido ecológico, atribuído atualmente.

O conceito de natureza, que aparece em paralelo em todos os escritos dos fundadores do socialismo científico, tem o sentido de que o trabalho transforma a natureza, nesse sentido, compreende a interrelação entre o homem e a natureza, entendendo o homem como também parte da natureza. Em toda análise histórica sobre um dado modo de produção, essa relação engloba aspectos como a divisão do trabalho, o uso da técnica e da ciência e, em geral, o desenvolvimento das forças produtivas

O modo de produção capitalista representou um avanço no desenvolvimento das forças produtivas, na divisão do trabalho e, dentre outros aspectos, na transformação da natureza pela via do trabalho.

A necessidade da burguesia em dominar o globo se converte em “subjugação das forças da natureza”. O uso da maquinaria em todos os ramos de produção, a expansão da produção agrícola, a aplicação da química na indústria e no solo, nas condições de obter cada vez maior lucrati-

vidade, evidenciam as contradições insolúveis do modo de produção capitalista e a destruição da natureza.

Essas caracterizações já se encontravam nos escritos de Marx e Engels. Desde então - como será possível de notar nos trechos de Engels transcritos do anti-Dühring -, se levantava a bandeira da solução dessa contradição por meio do modo de produção socialista. Em um modo de produção em que as forças da natureza - que apareciam como forças estranhas até então - pudessem ser controladas e compreendidas, dominadas pelos seres humanos “com pleno conhecimento de causa”, se superaria a alienação do homem frente à natureza.

Os escritos de Marx e Engels colocam em evidência que o modo de produção capitalista já contém o elemento de destruição da natureza. Está aí o precioso valor desses extratos para se compreender que a luta pelo socialismo é uma luta que abarca também essa dimensão, ou seja, a luta pela preservação da natureza, para ser consequente, tem de ser uma luta anticapitalista.

O problema da destruição da natureza aparece para o ecologismo burguês na segunda metade do século XIX, sendo que sua compreensão se limita à destruição catastrófica do ecossistema global e espécies animais, sem, no entanto, compreender o seu fundamento econômico-social. Marx e Engels não poderiam prever a forma contemporânea que tomaria a questão do saque capitalista da natureza. Atribuir uma função profética ao marxismo é uma cretinice. Trata-se, porém, de se verificar que nos fundamentos científicos do marxismo se encontra a explicação e a resposta ao problema da destruição da natureza.

Neste momento em que ressurge a discussão interburguesa em torno à política do governo Bolsonaro diante da Amazônia, vimos a necessidade de publicar extratos de Marx e Engels, que expõem a relação entre o modo de produção capitalista e a transformação da natureza. As controvérsias travadas no interior da própria política burguesa revelam, por si só, a impossibilidade de se deterem

as poderosas forças econômicas que forçam passagem na rica região amazônica. A forma como se tem isolado a importância do ecossistema amazônico do restante da natureza indica que a burguesia, seus partidos, governo, instituições internacionais, cientistas, etc. não têm como ir às reais leis econômicas, que vêm potenciando os profundos desequilíbrios entre as necessidades da humanidade e a capacidade do meio natural.

Este folheto, portanto, expressa a tarefa de organizar a classe operária e a maioria oprimida para tomar em suas mãos a solução dos grandes problemas, que a burguesia não só não consegue resolver como os agrava irremediavelmente. Esperamos que seja um instrumento de estudo e construção do Partido Operário Revolucionário.

*Jorge Luís da Varge, setembro de 2019*



# Capitalismo e destruição da natureza

*Extratos Marx e Engels*

## **Marx e Engels - Manifesto do Partido Comunista. Burgueses e Proletários (1848).<sup>1</sup>**

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária dessas transformações foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas apenas por débeis laços federativos, possuindo interesses, leis, governos e tarifas aduaneiras diferentes, foram reunidas em uma só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária.

A burguesia, em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elé-

trico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto - que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?

## **Marx e Engels - A ideologia alemã - A base real da ideologia - Intercâmbio e força produtiva (escrito em 1845 - 1846, publicado em 1932).<sup>2</sup>**

A concentração do comércio e da manufatura em um só país, a Inglaterra (concentração que se desenvolveu ininterruptamente no século XVII), criou de forma progressiva, para esse país, um mercado mundial e, por isso, provocou uma procura de produtos ingleses manufaturados, procura esta que as forças produtivas industriais anteriores não podiam satisfazer. Tal demanda, que ultrapassava as forças produtivas, foi a força principal que fez surgir o terceiro período da propriedade privada desde a Idade Média, criando a grande indústria: a utilização das forças da natureza para fins industriais, a maquinaria e a divisão mais desenvolvida do trabalho. As demais condições dessa nova fase, como a liberdade de concorrência no interior da nação, a evolução da mecânica teórica (a mecânica de Newton era a ciência mais popular na França e na Inglaterra no século XVIII), etc., já existiam na Inglaterra. Quanto à livre concorrência interna, foi necessária uma revolução para conquistá-la em 1640 e em 1688 na Inglaterra, em 1789 na França. A concorrência logo obrigou todo país que quisesse conservar seu papel histórico a proteger suas manufaturas por meio de novas medidas aduaneiras, e, logo depois, a introduzir a grande indústria sob tributos protecionistas. Apesar dessas medidas protecionistas, a grande indústria tornou universal a concorrência (que é a liberdade prática de comércio, e o tributo protecionista não passa, para ela, de paliativo, de arma defensiva no interior da liberdade comercial) estabeleceu meios de comunicação e o mo-

dermo mercado mundial, pôs o comércio sob seu domínio, transformou todo capital em capital industrial e gerou, com isso, a rápida circulação (desenvolvimento do sistema monetário) e a concentração de capitais. Pela concorrência universal, obrigou cada indivíduo ao mais intenso uso de suas energias. Destruuiu, o quanto foi possível, a ideologia, a religião, a moral, etc., e, quando não pôde fazê-lo, converteu-as em farsas palpáveis. Foi ela que formou a história mundial, na medida em que tornou cada nação civilizada a cada indivíduo membro dela e dependentes do mundo todo, para a satisfação de suas necessidades, e que destruiu o anterior caráter exclusivista e natural das diferentes nações. Subordinou a ciência da natureza ao capital e retirou da divisão do trabalho sua derradeira aparência natural. Destruuiu de modo geral todo elemento natural, tanto quanto foi possível, no interior do trabalho, e dissolveu todas as relações naturais em relações monetárias. Criou, no lugar das cidades surgidas naturalmente, as grandes cidades industriais modernas que aparecem da noite para o dia. Onde quer que penetrou, destruiu o artesanato, bem como todos os estágios anteriores da indústria. Completou a vitória da cidade comercial sobre o campo. Seu pressuposto fundamental é o sistema automático. Seu desenvolvimento gerou uma massa de forças produtivas, para as quais a propriedade privada transformou-se em um entrave, tal como havia sido a corporação para a manufatura, e o pequeno empreendimento agrícola para o progresso do artesanato. Tais forças produtivas, sob o regime da propriedade privada, experimentam apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se, na maior parte, em forças destrutivas e grande parte delas não encontram a menor utilização sob tal regime. De modo geral, a grande indústria criou por todo lugar as mesmas relações entre as classes da sociedade, destruindo com isso o caráter particular das diferentes nacionalidades. Por fim, ao passo que a burguesia de cada nação ainda continuava a ter interesses nacionais particulares, a grande indústria criou uma classe em

que os interesses são os mesmos em todas as nações e em que toda nacionalidade já está suprimida; uma classe que efetivamente se desembaraçou do mundo antigo e que, ao mesmo tempo, com ele se defronta. Não é apenas a relação com o capitalista, mas é o próprio trabalho, que a grande indústria torna insuportável para o trabalhador.

## **Karl Marx - Formações Econômicas Pré-Capitalistas (1850-1860).<sup>3</sup>**

Assim, a antiga concepção, segundo a qual o homem sempre aparece (por mais estritamente religiosa, nacional ou política que seja a apreciação) como o objetivo da produção, parece muito mais elevada do que a do mundo moderno, na qual a produção é o objetivo do homem, e a riqueza, o objetivo da produção. Na verdade, entretanto, quando despida de sua estreita forma burguesa, o que é a riqueza, senão a totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, potencialidades produtoras etc., dos indivíduos, adquirida no intercâmbio universal? O que é, senão o pleno desenvolvimento do controle humano sobre as forças naturais - tanto as suas próprias quanto as da chamada “natureza”? O que é, senão a plena elaboração de suas faculdades criadoras, sem outros pressupostos salvo a evolução histórica precedente que faz da totalidade desta evolução - , a evolução de todos os poderes humanos em si, não medidos por qualquer padrão previamente estabelecido - um fim em si mesmo? O que é a riqueza, senão uma situação em que o homem não se reproduz a si mesmo numa forma determinada, limitada, mas sim em sua totalidade, se desvencilhando do passado e se integrando no movimento absoluto do tornar-se? Na economia política burguesa - e na época de produção que lhe corresponde -, este completo desenvolvimento das potencialidades humanas aparece como uma total alienação, como destruição de todos os objetivos unilaterais determinados, como sacrifício do fim do si mesmo em proveito de forças que lhe são externas. Por isto, de certo modo, o mundo aparentemente

infantil dos antigos mostra-se superior; e é assim, pois, na medida em que buscarmos contornos fechados, forma e limitação estabelecida. Os antigos proporcionavam satisfação limitada, enquanto o mundo moderno deixa-nos insatisfeitos ou, quando parece satisfeito consigo mesmo, é vulgar e mesquinho.

## **Engels - Humanização do macaco pelo trabalho (1876).<sup>4</sup>**

Resumindo: o animal apenas utiliza a Natureza, nela produzindo modificações somente por sua presença; o homem a submete, pondo-a a serviço de seus fins determinados, imprimindo-lhe as modificações que julga necessárias, isto é, domina a Natureza. E esta é a diferença essencial e decisiva entre o homem e os demais animais; e, por outro lado, é o trabalho que determina essa diferença.

Mas não nos regozijemos demasiadamente em face dessas vitórias humanas sobre a Natureza. A cada uma dessas vitórias, ela exerce a sua vingança. Cada uma delas, na verdade, produz, em primeiro lugar, certas consequências com que podemos contar; mas, em segundo e terceiro lugares, produz outras muito diferentes, não previstas, que quase sempre anulam essas primeiras consequências. Os homens que na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e noutras partes destruíram os bosques, para obter terra arável, não podiam imaginar que, dessa forma, estavam dando origem à atual desolação dessas terras ao despojá-las de seus bosques, isto é, dos centros de captação e acumulação de umidade. estavam assentando as bases da atual aridez dessas terras. Os italianos dos Alpes, que destruíram nas encostas meridionais os bosques de pinheiros, conservados com tanto carinho nas encostas setentrionais, não tinham ideia de que com isso destruíam as raízes da indústria de laticínios em sua região; e muito menos podiam prever que, procedendo desse modo, deixavam a maior parte do ano secas as suas fontes de montanha, com o que lhes permitiam, chegado o período das

chuvas, despejar com maior fúria suas torrentes sobre a planície. Os que difundiram o cultivo da batata na Europa não sabiam que com esse tubérculo farináceo difundiam por sua vez a escrofulose. Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada.

Com efeito, aprendemos cada dia a compreender melhor a leis da natureza e a conhecer tanto os efeitos imediatos como as consequências remotas de nossa intromissão no curso natural de seu desenvolvimento. Sobretudo depois dos grandes progressos alcançados neste século pelas ciências naturais, estamos em condições de prever e, portanto, de controlar cada vez melhor as remotas consequências naturais de nossos atos na produção, pelo menos dos mais correntes. E quanto mais isso seja uma realidade, mais os homens sentirão e compreenderão sua unidade com a natureza, e mais inconcebível será essa ideia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo, ideia que começa a difundir-se pela Europa sobre a base da decadência da antiguidade clássica e que adquire seu máximo desenvolvimento no cristianismo.

Mas, se foram necessários milhares de anos para que o homem aprendesse, em certo grau, a prever as remotas consequências naturais no sentido da produção, muito mais lhe custou aprender a calcular as remotas consequências sociais desses mesmos atos. Falamos acima da batata e de seus efeitos quanto à difusão da escrofulose. Mas que importância pode ter a escrofulose, comparada com os resultados que teve a redução da alimentação dos trabalhadores a batatas puramente sobre as condições de

vida das massas do povo de países inteiros, com a fome que se estendeu em 1847 pela Irlanda em consequência de uma doença provocada por esse tubérculo e que levou à sepultura um milhão de irlandeses que se alimentavam exclusivamente, ou quase exclusivamente, de batatas e obrigou a que emigrassem para além-mar outros dois milhões? Quando os árabes aprenderam a destilar o álcool, nem sequer ocorreu-lhes pensar que haviam criado uma das armas principais com que iria ser exterminada a população indígena do continente americano, então ainda desconhecido. E quando mais tarde Colombo descobriu a América não sabia que ao mesmo tempo dava nova vida à escravidão, há muito tempo desaparecida na Europa, e assentado as bases do tráfico dos negros. Os homens que nos séculos XVII e XVIII haviam trabalhado para criar a máquina a vapor não suspeitavam de que estavam criando um instrumento que, mais do que nenhum outro, haveria de subverter as condições sociais em todo o mundo e que, sobretudo na Europa, ao concentrar a riqueza nas mãos de uma minoria e ao privar de toda propriedade a imensa maioria da população, haveria de proporcionar primeiro o domínio social e político à burguesia, e provocar depois a luta de classe entre a burguesia e o proletariado, luta que só pode terminar com a liquidação da burguesia e a abolição de todos os antagonismos de classe. Mas também aqui, aproveitando uma experiência ampla, e às vezes cruel, confrontando e analisando os materiais proporcionados pela história, vamos aprendendo pouco a pouco a conhecer as consequências sociais indiretas e mais remotas de nossos atos na produção, o que nos permite estender também a essas consequências o nosso domínio e o nosso controle.

Contudo, para levar a termo esse controle é necessário algo mais do que o simples conhecimento. É necessária uma revolução que transforme por completo o modo de produção existente até hoje e, com ele, a ordem social vigente.

Todos os modos de produção que existiram até o presente só procuravam o efeito útil do trabalho em sua forma mais direta e imediata. Não faziam o menor caso das consequências remotas, que só surgem mais tarde e cujos efeitos se manifestam unicamente graças a um processo de repetição e acumulação gradual, foram complementarmente descuidadas. A primitiva propriedade comunal da terra correspondia, por um lado, a um estágio de desenvolvimento dos homens no qual seu horizonte era limitado, em geral, às coisas mais imediatas, e pressupunha, por outro lado, certo excedente de terras livres, que oferecia determinada margem para neutralizar os possíveis resultados adversos dessa economia primitiva. Ao esgotar-se o excedente de terras livres, começou a decadência da propriedade comunal. Todas as formas mais elevadas de produção que vieram de pois conduziram à divisão da população em classes diferentes e, portanto, no antagonismo entre as classes dominantes e as classes oprimidas. Em consequência, os interesses das classes dominantes converteram-se no elemento propulsor da produção, enquanto esta não se limitava a manter, bem ou mal, a mísera existência dos oprimidos. Isso encontra sua expressão mais acabada no modo de produção capitalista, que prevalece hoje na Europa ocidental. Os capitalistas individuais, que dominam a produção e a troca, só podem ocupar-se da utilidade mais imediata de seus atos. Mais ainda: mesmo essa utilidade - porquanto se trata da utilidade da mercadoria produzida ou trocada - passa inteiramente ao segundo plano, aparecendo como único incentivo o lucro obtido na venda.

A ciência social da burguesia, a economia política clássica, só se ocupa preferentemente daquelas consequências sociais que constituem o objetivo imediato dos atos realizados pelos homens na produção e na troca. Isso corresponde plenamente ao regime social cuja expressão teórica é essa ciência. Porquanto os capitalistas isolados produzem ou trocam com o único fim de obter lucros imediatos, só podem ser levados em conta, primeiramente, os resultados

mais próximos e mais imediatos. Quando um industrial ou um comerciante vende a mercadoria produzida ou comprada por ele e obtém o lucro habitual, dá-se por satisfeito e não lhe interessa de maneira alguma o que possa ocorrer depois com essa mercadoria e seu comprador. O mesmo se verifica com as consequências naturais dessas mesmas ações. Quando, em Cuba, os plantadores espanhóis queimavam os bosques nas encostas das montanhas para obter com a cinza um adubo que só lhes permitia fertilizar uma geração de cafeeiros de alto rendimento pouco lhes importava que as chuvas torrenciais dos trópicos varressem a camada vegetal do solo, privada da proteção das árvores, e não deixassem depois de si senão rochas desnudas! Com o atual modo de produção e no que se refere tanto às consequências naturais como às consequências sociais dos atos realizados pelos homens, o que interessa prioritariamente são apenas os primeiros resultados, os mais palpáveis. E logo até se manifesta estranheza pelo fato de as consequências remotas das ações que perseguiram esses fins serem muito diferentes e, na maioria dos casos, até diametralmente opostas; de a harmonia entre a oferta e a procura converter-se em seu antípoda, como nos demonstra o curso de cada um desses ciclos industriais de dez anos, e como puderam convencer-se disso os que com o “crack” viveram na Alemanha um pequeno prelúdio; de a propriedade privada baseada no trabalho próprio converter-se necessariamente, ao desenvolver-se, na ausência de posse de toda propriedade pelos trabalhadores, enquanto toda a riqueza se concentra mais e mais nas mãos dos que não trabalham.

## **Engels - Anti-Dühring (1877-1878).**

### **Economia política. IV. Teoria do poder: Conclusão.<sup>5</sup>**

Ou seja: para provar que o ser humano teve de escravizar o ser humano antes de subjugar a natureza, o sr. Dühring transforma “a natureza”, sem mais nem menos, em “grandes extensões de propriedade fundiária” e essa

propriedade fundiária - não importando de quem seja - , mais uma vez, imediatamente, na propriedade de um grande senhor de terras, que sem servos, claro, não consegue cultivar suas terras.

Em primeiro lugar, “dominação da natureza” e “cultivo agrícola da propriedade fundiária” de modo algum são uma coisa só. A dominação da natureza é exercida na indústria numa escala muito mais colossal do que na agricultura, que até hoje precisa deixar-se dominar pelo clima, em vez de dominar o clima.

### ***Socialismo. Aspectos teóricos.***<sup>6</sup>

Quando a sociedade tomar posse dos meios de produção, será eliminada a produção de mercadorias e, desse modo, o produto deixará de dominar os produtores. A anarquia na produção social será substituída pela organização consciente e planejada. Cessará a luta pela existência [individual]. Só depois que isso acontecer, o ser humano se despedirá, em certo sentido, definitivamente do reino animal, abandonará as condições animais de existência e ingressará em condições realmente humanas. O âmbito das condições de vida que envolvem os seres humanos, que até agora os dominaram, que pela primeira vez se tornarão senhores de sua própria natureza, porque (e à medida que) passam a ser senhores de sua própria socialização. As leis naturais estranhas, que até agora se defrontavam como leis naturais estranhas, que os dominavam, passarão a ser empregadas e, assim, dominadas pelos seres humanos com pleno conhecimento de causa. A própria socialização dos seres humanos, até agora vista como outorgada pela natureza e pela história, passará a ser ato livre deles. As potências objetivas [e estranhas] que até agora governaram a história passarão a ser controladas pelos próprios seres humanos. Só a partir desse momento os seres humanos farão sua história com plena consciência; só a partir desse momento as causas sociais postas em movimento por eles terão, de modo preponderante e em medida crescente, os

efeitos que desejam. É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade.

### ***Socialismo. Produção.***<sup>7</sup>

Somente a supressão do caráter capitalista da indústria moderna é capaz de suprimir essa nova circulação defeituosa, essa sua contradição que constantemente gera a si mesma. Somente uma sociedade que conseguir engrenar suas forças produtivas harmonicamente, segundo um único grande plano, permitirá que a indústria se estabeleça por todo o território na densidade mais adequada possível ao seu próprio desenvolvimento e à conservação (ou, então, ao desenvolvimento) dos demais elementos da produção.

Sendo assim, a supressão do antagonismo entre cidade e campo não só é possível: ela se tornou uma necessidade direta da própria produção industrial, assim como também se tornou uma necessidade da produção agrícola e, ademais, do cuidado com a saúde pública. Somente com a fusão de cidade e campo poderá ser eliminado o atual envenenamento do ar, da água e do solo, somente com ela as massas que atualmente definham nas cidades poderão ter seu excremento utilizado para a geração de plantas, em vez de para a geração de doenças.

### **Karl Marx - Grundrisse (escrito em 1860, publicado em 1939).**<sup>8</sup>

Deste modo, então, a produção fundada sobre o capital cria por um lado a indústria universal, ou seja, o sobre-trabalho, ao mesmo tempo que o trabalho criador de valores; por um lado, um sistema de exploração geral das propriedades da natureza e do homem (...). O capital começa então a criar a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza e estabelecer uma rede que engloba todos os membros da sociedade: esta é a grande ação civilizatória do capital.

Ele se eleva a um nível social tal que todas as sociedades

anteriores aparecem como desenvolvimentos puramente locais de humanidade e como uma idolatria da natureza. Com efeito, a natureza torna-se um puro objeto para o homem, uma coisa útil. Não é mais reconhecida como uma potência. A inteligência teórica das leis naturais tem todos os aspectos de um estratagema que procura submeter a natureza às necessidades humanas, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção.

## **Karl Marx. O Capital, Livro III O Processo Global de Produção Capitalista.**

*Observação: Os extratos referentes à sexta parte do livro terceiro “O Capital - Conversão do lucro suplementar em Renda Fundiária” - estão contidos no livro de forma descontínua, entretanto, expressam uma unidade em relação a uma compreensão acerca do meio ambiente. Eles têm como fundo o uso racional da agricultura, os elementos da natureza que atuam na produção e a propriedade privada capitalista, assim como a pequena propriedade, que se fundamentam na exploração do solo. A última passagem referente a esses extratos diz respeito à regulação do intercâmbio material com a natureza, o que é uma referência ao “desenvolvimento das forças humanas com um fim em si mesmo” (J. L.).*

### **Capítulo XXXVII. Introdução. Nota de rodapé 27.<sup>9</sup>**

(...) ao considerar a contradição entre propriedade e uma agricultura racional, tinham [os agrônomos conservadores] em vista apenas a necessidade de explorar como um todo o solo de um país. Mas, a circunstância de a cultura dos diversos produtos da terra dependerem das flutuações dos preços de mercado, e a de essa cultura variar de maneira contínua com essas flutuações, em suma, o próprio espírito da produção capitalista voltado para o lucro direto, imediato, contrapõe-se à agricultura que tem de ser dirigida de acordo com o conjunto das condições vitais

permanentes das gerações humanas que se sucedem. As florestas constituem disso contundente exemplo, pois só são de algum modo exploradas eventualmente de acordo com o interesse geral quando não estão subordinadas à propriedade privada, mas à administração do Estado.

### ***Capítulo XLIV - Renda Diferencial Também Por Pior Solo Cultivado.<sup>10</sup>***

Uma observação geral:

Do ponto de vista da produção capitalista, os produtos se encarecem sempre, quando, para produzir a mesma quantidade se tem de desembolsar, pagar algo que não se pagava antes. Quando se fala em reposição do capital consumido na produção, deve-se entender apenas a reposição de valores que se configuram em determinados meios de produção. Elementos da natureza que atuam de graça na produção, qualquer que seja a função que nela desempenham, não operam como componentes do capital, mas como força natural gratuita do trabalho que, no sistema capitalista, como toda força produtiva assume o aspecto de produtividade do capital. Força natural dessa espécie, de origem gratuita, se entra na produção, não é levada em conta ao determinar-se o preço, desse que à procura do produto suplementar tiver de ser gerado não com ajuda dessa força natural, mas com a da ação humana, a do trabalho, incorporar-se-á ao capital novo elemento complementar. Haverá portanto emprego de capital relativamente maior para obter-se o mesmo produto, e, não se alterando as demais circunstâncias, a produção encarecerá.

### ***Renda Diferencial e Renda Consideradas Mero Juro do Capital Incorporado à Terra***

(...)

São deliciosas as ideias de todos os adversários de Ricardo que combatem a determinação do valor apenas pelo trabalho: alegam, no tocante a renda diferencial oriunda

das diferenças entre os terrenos, que a natureza aí, e não o trabalho, se converte em agente determinante do valor; mas, ao mesmo tempo reivindicam esse papel determinante para a localização e, anda mais, para o juro do capital incorporado ao solo com o cultivo.

O mesmo trabalho gera o mesmo valor para o produto criado num dado lapso de tempo; mas, a grandeza ou a quantidade desse produto, e portanto a fração de valor configurada em parte alíquota desse produto, depende, para dada quantidade de trabalho, unicamente do volume da produção, e, este, por sua vez, da produtividade de dada quantidade de trabalho e não da magnitude dessa quantidade. Tanto faz que essa produtividade derive da natureza ou da sociedade. A produtividade só acresce o custo de produção com novo componente quando custa trabalho, capital portanto, o que não se dá quando se trata apenas da natureza.

### ***Capítulo XLVII. Gênese da Renda Fundiária Capitalista A Parceria e a Pequena Propriedade.*<sup>11</sup>**

O preço da terra é elemento do preço de custo do produtor e não é elemento do preço de produção do produto (mesmo quando a renda entra na formação do preço do produto, a renda capitalizada, adiantada por vinte anos ou mais, não concorre de maneira alguma para determinar esse preço). Esta é apenas uma das formas em que se manifesta a contradição entre a propriedade privada do solo e uma agricultura racional, com o aproveitamento normal da terra para a sociedade. Aliás, constitui base do modo capitalista de produção a propriedade privada do solo; ela implica a expropriação dos produtores imediatos: a propriedade privada do solo para uns tem por consequência necessária que ela não exista para os demais.

Na pequena agricultura, o preço da terra, forma e resulta da propriedade privada do solo, constitui entrave à produção. Também na agricultura em larga escala e na grande propriedade fundiária explorada pelos métodos ca-

pitalistas, a propriedade constitui entrave, pois limita o arrendatário nos investimentos produtivos que em última instância não o beneficiem e sim ao dono da terra. Em ambas as formas, em vez de se cultivar consciente e racionalmente a terra, como propriedade perpétua e coletiva, condição inalienável da existência e reprodução das gerações que se sucedem, o que existe é a exploração que desperdiça as forças do solo, e, além disso, essa exploração não depende do nível atingido pelo desenvolvimento social, e sim das condições fortuitas e variáveis dos produtores particulares. Isso acontece com a pequena propriedade, por carência de meios e conhecimento científico para aplicar a produtividade social do trabalho; com a grande propriedade, em virtude da exploração desses meios se destinar ao enriquecimento mais rápido possível do arrendatário e do proprietário; e com ambas, por dependerem do preço de mercado.

Toda crítica da pequena propriedade se reduz em última instância à crítica da propriedade privada, limite e estorvo da agricultura. O mesmo se estende à crítica oposta, a da grande propriedade. É evidente que nos dois casos estamos abstraindo considerações políticas adicionais. Esse limite, esse estorvo que toda propriedade fundiária opõe à produção agrícola, o tratamento racional, à conservação e à melhoria da própria terra, revela-se, dos dois lados, em diferentes formas, e no debate sobre essas formas específicas esquece-se a causa fundamental.

A pequena propriedade supõe que a imensa maioria da população é rural e que predomina o trabalho isolado e não o social. Implica portanto que não existam as condições materiais e espirituais da riqueza e do desenvolvimento da produção, e, em consequência, tampouco as condições de uma agricultura racional. Por outro lado, a grande propriedade fundiária reduz a população agrícola a um mínimo em decréscimo contínuo, opondo-lhe uma população industrial que aumenta sem cessar, concentra em grandes cidades. Produz assim as condições que

provocam a ruptura insanável na coesão do metabolismo social estabelecido pelas leis naturais da vida. Em consequência dissipam-se os recursos da terra, e o comércio leva esse desperdício muito além das fronteiras do próprio país (Liebig).

A pequena propriedade fundiária gera uma classe até certo ponto à margem da sociedade e que combina toda a crueza das formas sociais primitivas com todos os sofrimentos e toda a miséria dos países civilizados. A grande propriedade fundiária deteriora a força de trabalho no último refúgio onde se abriga sua energia natural e onde ela se acumula como fundo de reserva para renovar as forças vitais das nações: o próprio campo. A grande indústria e a grande agricultura industrialmente empreendida atuam em conjunto. Se na origem se distinguem porque a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho, a força natural do homem, e a segunda, mais diretamente, a força natural do solo, mais tarde, em seu desenvolvimento, dão-se as mãos: o sistema industrial no campo passa a debilitar também os trabalhadores, e a indústria e o comércio, a proporcionar à agricultura os meios de esgotar a terra.

### ***A Fórmula Trinitária.***<sup>12</sup>

(...) A riqueza efetiva da sociedade e a possibilidade de ampliar sempre o processo de reprodução depende não da duração do trabalho excedente e sim da produtividade deste e do grau de eficiência das condições de produção em que se efetua. De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas.

vas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começar o desenvolvimento das forças humanas com um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.

### **Notas**

---

- 1 Boitempo, 2010, p. 46.
- 2 Martin Claret, 2006, pp. 94-95.
- 3 Paz e Terra, 1981, pp. 80-81.
- 4 Dialética da Natureza, Paz e Terra, 1974, pp. 223-228.
- 5 Boitempo, 2015, pp. 203-204.
- 6 Mesma obra, pp. 318-319.
- 7 Mesma obra, pp. 330.
- 8 O trecho foi extraído de uma fonte de segunda mão, do livro *Ecologia e Socialismo* de Michael Löwy, 2005, por isso o não tem indicação de sua localização de páginas e subtítulo.
- 9 O Capital, Livro III: volume 6, edição Civilização Brasileira, 1974, p. 709.
- 10 Mesma obra, pp. 858-859.
- 11 Mesma obra, pp. 930-931.
- 12 Mesma obra, p. 942.



---

Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo  
[www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)

---